

Cultivar é Resistir: Reflexões sobre a Luta por Soberania Alimentar na Maré

Projeto Alimentação Saudável na Maré: Mapeando Hortas e Cozinhas Comunitárias

Autoria¹
Inahra Cabral²
Isabela Maia³
Julia Matos⁴
Luizy Alves⁵

Sumário

Resumo do Projeto e dos Resultados	1
Introdução	4
Metodologia	5
1. Caracterização do Campo	8
2. Ações e Projetos: as práticas políticas da segurança alimentar na Maré	12
3. Desafios Enfrentados e Estratégias Mobilizadas	20
4. Perspectivas Futuras: cooperação, isolamentos e possibilidades	26
Considerações Finais	30

Resumo do Projeto e dos Resultados

A presente pesquisa está inserida no Projeto Alimentação Saudável na Maré: Mapeando Hortas e Cozinhas Comunitárias, construído pelas ONGs Germinal, Data_Labe e Instituto Vida Real, que integra o Plano Integrado de Saúde nas Favelas, da Fiocruz. A pesquisa buscou aprofundar o conhecimento sobre iniciativas que promovem segurança alimentar na Maré, investigando algumas experiências agroalimentares de produção, distribuição e troca de alimentos na favela. Para isso, foram selecionadas algumas iniciativas mapeadas em etapa anterior pelo Data_Labe, para a investigação qualitativa. Os dados foram gerados por meio de visitas presenciais aos projetos, entrevistas semiestruturadas com coordenadores/as e equipe, e a observação direta das atividades. No total, 7 iniciativas foram visitadas em diferentes favelas (Vila do João, Morro do Timbau, Nova Holanda, Baixa do Sapateiro, Kelson's), sendo elas classificadas em: Hortas comunitárias (4), Cozinhas comunitárias/distribuição de refeições (2) e Quintal produtivo (1).

¹ Os nomes das autoras estão dispostos em ordem alfabética. Todas participaram igualmente da pesquisa e da elaboração do relatório. A orientadora da pesquisa é a professora Luciana Corrêa do Lago.

² Mestranda em Planejamento Urbano pelo IPPUR/UFRJ. Arquiteta e urbanista pela UFRJ. Associada Germinal Assessoria Terra Trabalho e Educação.

³ Doutoranda em Sociologia pelo IESP/UERJ. Associada da Germinal Assessoria Terra Trabalho e Educação.

⁴ Estudante de Engenharia Ambiental na UFRJ e educadora popular.

⁵ Graduanda em Educação Social pela UNINTER e educadora popular.

Por fim, a análise foi organizada em quatro eixos principais, aqui apresentados: Caracterização do campo; Ações e projetos; Desafios e estratégias e Perspectivas futuras.

A primeira parte, **Caracterização do Campo**, traça um panorama geral das iniciativas mapeadas, destacando a diversidade de formas de atuação:

- A valorização dos saberes populares — especialmente em relação às hortas, plantas medicinais e alimentação — é central, e muitos sujeitos atuam como pontes entre conhecimentos tradicionais e técnicos.
- O enraizamento territorial e a presença cotidiana das lideranças são fatores-chave para o impacto das iniciativas. A relação de confiança com os moradores, a comunicação direta (muitas vezes pelo boca a boca) e a construção de vínculos afetivos contribuem para o fortalecimento das ações.
- As iniciativas apresentam diferentes níveis de institucionalização, variando entre coletivos informais e organizações formalizadas com CNPJ e equipe remunerada;
- A pluriatividade — ou seja, o acúmulo de diferentes funções por um mesmo sujeito — é comum, refletindo a ausência de políticas públicas de fomento e a dificuldade de garantir sustentabilidade financeira a ações que são de interesse público.
- As iniciativas visitadas adotam tecnologias sociais de baixo custo como composteiras caseiras, sistema de irrigação, uso de pneus como canteiros, estufas e reaproveitamento de resíduos. Essas soluções não apenas compensam a escassez de recursos, como também funcionam como estratégias de mobilização e formação comunitária.
- As pessoas entrevistadas são todas moradoras ou ex-moradoras da Maré e compartilham um compromisso com o território e com práticas de cuidado por meio da terra e da alimentação. Os projetos são, muitas vezes, impulsionados por vínculos afetivos.

Já a segunda parte, **“Ações e Projetos: as práticas políticas da segurança alimentar na Maré”**, discute essas experiências como práticas políticas. A comida não é entendida apenas como necessidade biológica, mas como eixo de luta e de transformação social:

- As ações partem de concepções ampliadas de segurança alimentar, nas quais comida é também saúde, cuidado e afirmação de vínculos comunitários e identitários. A saúde foi abordada frequentemente em uma perspectiva integral, com a saúde mental como fator importante que emerge do contato com a natureza, e a interseção, em dois casos, de horta com farmácia popular.
- As iniciativas promovem encontros, fortalecem laços comunitários, resgatam saberes ancestrais e propõem formas coletivas de vida, muitas vezes pautando uma racionalidade não mercantil, diante das múltiplas violências que atravessam o cotidiano da favela. A alimentação, nesse sentido, torna-se central para a construção de um projeto político de resistência e dignidade.
- As práticas se organizam a partir de princípios como o pertencimento ao território, o compromisso ético com a favela e a construção de legados que beneficiem as próximas gerações. As hortas comunitárias, por exemplo, funcionam como espaços de cuidado integral, promovendo saúde, socialização, educação ambiental e bem-estar psicológico.

- A educação aparece como ponto-chave na luta pela transformação social, com iniciativas que promovem formações, mutirões ou até realizam parcerias com escolas.
- Há, em algumas iniciativas, a tentativa de construir uma cultura alimentar desvinculada dos moldes hegemônicos de consumo baseado em alimentos industrializados e ultraprocessados.
- Algumas iniciativas lutam pela transformação do espaço público, como a revitalização de praças, para a criação de áreas comuns de convivência;
- O discurso da busca por autossuficiência, por descrença na luta por políticas públicas redistributivas eficazes, está presente em diversas iniciativas.

Na terceira parte, **Desafios Enfrentados e Estratégias Mobilizadas**, analisam-se os obstáculos mais recorrentes e estratégias construídas para manutenção das ações. Entre eles, destacam-se:

- A falta de recursos financeiros e materiais, que é agravada pelo estigma relacionado ao território. Em um caso, por exemplo, uma instituição perdeu apoio ao revelar seu CNPJ vinculado à Maré, o que compromete a captação de recursos externos;
- A sobrecarga de trabalho e a baixa adesão da comunidade às atividades, em alguns casos, muitas vezes vinculada a necessidade de solicitar apoio voluntário da população, sem remuneração.
- A insegurança territorial, por operações policiais frequentes, e, especialmente, a limitação na circulação dentro do próprio território, dada às diferentes facções que controlam as favelas da Maré. Tal fragmentação territorial impacta diretamente nas dificuldades para articulação e criação de redes entre diferentes projetos.
- No eixo da comunicação e visibilidade, observa-se um alcance reduzido das iniciativas nas redes sociais, associado à ausência de estratégias estruturadas de divulgação.

Em resposta, as iniciativas desenvolvem uma série de estratégias, como uso de CNPJ de instituição parceira, uso criativo do espaço e reaproveitamento de alimentos, além de buscas por parcerias e redes de apoio fora do território, e por formação política e técnica.

A quarta e última parte, **Perspectivas Futuras: cooperação, isolamentos e possibilidades**, discute os sonhos e objetivos futuros das iniciativas.

- Muitas desejam ampliar e qualificar seus espaços, construir estufas, galinheiros, salas de oficina ou de informática, além de oferecer formações e oficinas com foco em autonomia e geração de renda.
- A dimensão educativa aparece com força, seja como estratégia de emancipação da população em relação ao mercado, seja como caminho para oferecer oportunidades aos jovens.
- Desafios como a escassez de recursos financeiros, falta de mão de obra e a insegurança quanto à continuidade das ações persistem, especialmente diante da ausência de políticas públicas de fomento.
- Para o trabalho articulado, a falta de conhecimento a respeito de outras ações que atuam com promoção de segurança alimentar, a dificuldade de trocas dentro de diferentes favelas, e a falta de interesse das iniciativas maiores em se articularem de

maneira igualitária, sem a busca por protagonismos, aparecem como desafios centrais.

- Apesar das adversidades, as iniciativas demonstram resiliência, criatividade e compromisso com a coletividade. Há uma aposta na autonomia comunitária por meio do conhecimento, do cultivo e da partilha.

Em resumo, os projetos analisados revelam que, na Maré, a luta contra a fome é também uma luta por dignidade, memória, saúde, pertencimento e futuro. A comida, neste contexto, não é apenas sustento: é também afeto, política e vínculo com o território.

Introdução

A presente pesquisa se insere no Plano Integrado de Saúde nas Favelas, promovido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e foi conduzida dentro do projeto “Alimentação Saudável na Maré: Mapeando Hortas e Cozinhas Comunitárias”, apelidado de “Põe na Mesa”. O projeto, desenvolvido em parceria pelas ONGs Germinal ATE, Data_labe e Instituto Vida Real, tem como foco o mapeamento das hortas e cozinhas comunitárias da Maré — bairro carioca formado por 16 favelas⁶ — por meio da Geração Cidadã de Dados (GCD) e de pesquisa qualitativa em iniciativas selecionadas. A proposta é identificar e qualificar experiências que promovem a segurança⁷ e a soberania alimentar e levantar suas principais demandas e desafios, além de desenvolver a horta do Instituto Vida Real como espaço educativo, e produzir materiais didáticos sobre o tema para escolas públicas do bairro.

Por meio da pesquisa aqui apresentada, pretendeu-se aprofundar o conhecimento sobre iniciativas que promovem segurança alimentar na Maré, investigando as experiências agroalimentares de produção, distribuição e troca de alimentos na favela, dando destaque aos sentidos subjetivos atribuídos por cada ator às ações desenvolvidas, e as características e desafios enfrentados na luta por segurança alimentar no território.

⁶ São elas: Baixa do Sapateiro, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Esperança, Conjunto Pinheiro, Praia de Ramos, Morro do Timbau, Nova Holanda, Parque Maré, Rubens Vaz, Nova Maré, Parque União, Roquete Pinto, Salsa e Merengue, Vila do João, Vila do Pinheiro (às vezes separado por moradores entre “Vila do Pinheiro”, “Novo Pinheiro” e “Parque Ecológico do Pinheiro”, como favelas distintas) e Marcílio Dias (que muitos moradores separam entre “Marcílio Dias” e Kelson’s). No mapeamento urbano da prefeitura e em registros oficiais, Kelson’s aparece como uma área do Marcílio Dias. Por isso, em muitos documentos, gráficos e estudos, elas são contadas como uma só favela: Marcílio Dias. Mas, para os moradores, Kelson’s tem identidade própria. Ela surgiu em 1948, com pescadores que ocuparam a antiga Praia das Moreninhas, e recebeu o nome por causa da fábrica de plásticos Kelson’s.

⁷ Segundo a Lei 11.346, art 3º, “A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.” (Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm). No contexto das favelas, como a Maré, a insegurança alimentar se manifesta na dificuldade cotidiana de acesso a alimentos que sejam saudáveis e nutritivos.

Objetivou-se, ainda, compreender como as organizações incorporam - ou não - os temas saúde e educação. Espera-se, a partir do levantamento dos padrões e especificidades que se manifestam no território, além de reconhecer e dar visibilidade às ações autônomas da classe trabalhadora e de organizações não governamentais, contribuir para possíveis articulações e formações de rede entre as iniciativas promotoras de segurança alimentar em exercício na Maré.

É importante ressaltar que o alcance quantitativo da pesquisa é limitado, e não contempla toda a diversidade de experiências na luta pela segurança alimentar no território. Em um cenário em que, segundo os dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia, realizado em 2022, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau⁸, e em que, a partir da emergência da Covid-19, observa-se uma ampliação da organização coletiva e das redes de solidariedade entre trabalhadores nas favelas para mitigação da insegurança alimentar, não se espera esgotar a complexidade e a variedade de ações coletivas de enfrentamento no território. Contudo, a escuta aprofundada com pessoas que protagonizam essa luta, ainda que não encerre, certamente têm o potencial de qualificar e ampliar o debate atual.

Metodologia

O desenho da pesquisa foi realizado de forma correlacionada ao mapeamento desenvolvido pelo Data_Labe. Tal mapeamento buscou identificar as experiências que promovem a segurança e a soberania alimentar nas favelas da Maré. O Data_labe organizou a geração, sistematização e a divulgação dos dados para a construção de narrativas locais, na perspectiva daqueles diretamente envolvidos no projeto. A metodologia aplicada envolveu um grupo de pesquisadoras comunitárias em cada uma das favelas da Maré, com o objetivo de ampliar a mobilização da população mareense para o compartilhamento de dados. A partir desta identificação das iniciativas atuantes no território, a Germinal buscou selecionar alguns casos para ampliar e qualificar a compreensão a respeito das experiências mapeadas.

⁸ Disponível em:

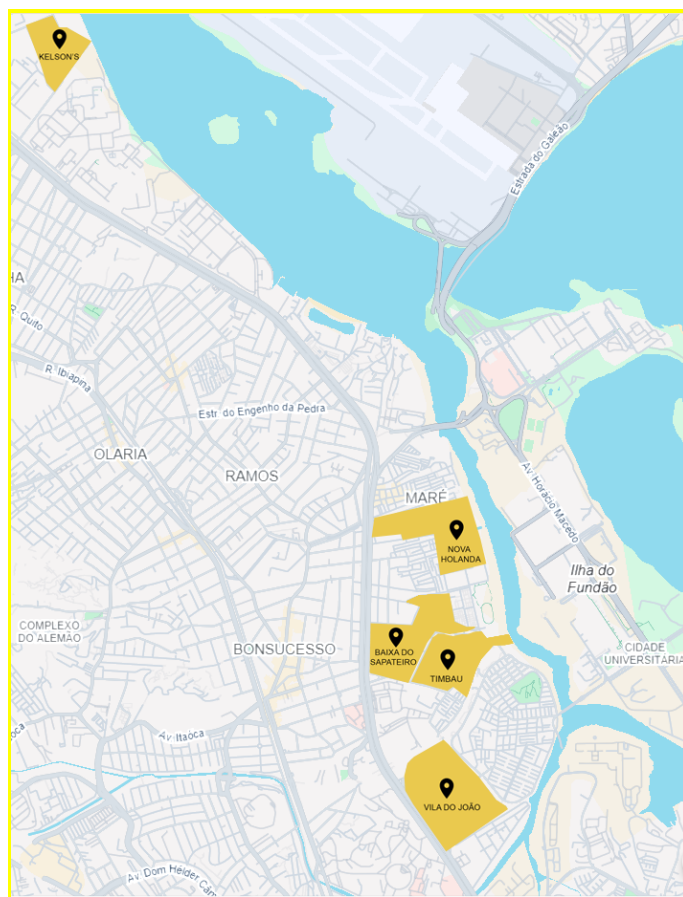
<https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>

A coleta de dados foi realizada por meio de visitas presenciais, sempre nos locais de atuação dos projetos, durante as quais foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com coordenadores/as dos projetos e pessoas que compõem a equipe. Além disso, foram realizadas observações diretas do funcionamento das atividades nos territórios. Para a seleção dos casos, as iniciativas foram classificadas em ações de: a) hortas comunitárias; b) quintais produtivos e c) cozinhas comunitárias e distribuição de refeições. Buscou-se contemplar uma diversidade de iniciativas e de favelas na Maré. Das treze iniciativas identificadas no mapeamento realizado pelo Data_labe, nove foram selecionadas para visita. Destas, duas foram contactadas, mas sem sucesso no agendamento por ausência de respostas. Nesse sentido, foram visitadas sete iniciativas no total. Entre presidentes/fundadores/as, coordenadores/as, cuidadores/as da horta ou quintal e equipe, dez pessoas foram entrevistadas, com uma delas tendo sido entrevistada duas vezes em locais diferentes por ser responsável pelo cuidado e manutenção de duas iniciativas distintas.

Em relação aos tipos de ação, quatro eram hortas, duas cozinhas comunitárias ou distribuição de refeições e uma um quintal produtivo. Já referente à localidade, duas estavam na Vila do João, duas no Morro do Timbau, uma na Nova Holanda, uma na Baixa do Sapateiro e uma na Kelson's - considerada no mapeamento urbano da prefeitura como parte da favela Marcílio Dias (conforme indicado na Nota de Rodapé 1). Vale destacar que uma das iniciativas localizadas no Morro do Timbau possuía mais de uma sede, com atuação também em outras favelas da Maré. As demais concentravam suas atividades apenas no local visitado, sendo essa sua única sede. A tabela e o mapa abaixo ilustram a divisão por tipo e território.

Tipo de Iniciativa	Quantidade Visitada
Horta	4
Cozinha	2
Quintal Produtivo	1

Tabela 1: Tipos de iniciativas visitadas



Mapa 1: Favelas da Maré com Iniciativas visitadas

Os dados qualitativos obtidos nas visitas de campo foram sistematizados primeiramente em relatórios individuais e, posteriormente, em uma matriz de evidências, dividida em colunas pelos seguintes temas: perfil das organizações; perfil do entrevistado; alcance e relação com beneficiários; projetos e sentidos subjetivos atribuídos às ações; relação estabelecida com segurança alimentar, saúde e educação; especificidade de estar em uma favela; desafios e estratégias; objetivos futuros; e possibilidades de articulação e rede.

A partir da análise das evidências sistematizadas na matriz, foram elaborados os textos que compõem este relatório, que foram estruturados nos temas-chave: (1) Caracterização do campo (englobando o perfil das organizações e dos entrevistados e o alcance e relação com beneficiários) (2) Ações e projetos (englobando os projetos e sentidos subjetivos atribuídos às ações e a relação com segurança alimentar, saúde e educação); (3) Desafios enfrentados e estratégias mobilizadas; e (4) Perspectivas futuras (englobando os objetivos futuros e possibilidades de articulação). Essa sistematização viabilizou a identificação de regularidades, singularidades e elementos significativos nas trajetórias e práticas das iniciativas investigadas, orientando a construção de uma análise qualitativa interpretativa dos dados.

1. Caracterização do Campo

As entrevistas revelam trajetórias diversas que, embora distintas em formação, faixa etária, gênero e inserção profissional, compartilham um elemento central: o compromisso com o território e com práticas de cuidado por meio da terra e da alimentação. As pessoas entrevistadas, todas moradoras atualmente ou *crias* da Maré, assumem múltiplos papéis - como coordenadores/as de projetos, educadores/as, técnicos/as, militantes e cuidadores/as, e tem suas histórias marcadas majoritariamente por aprendizagens práticas e saberes não-formais. O conhecimento sobre hortas, plantas medicinais e práticas de cuidado com o solo emerge como herança familiar e ancestral – em especial entre pessoas com origem indígena ou do interior do país – ou como resultado de experiências profissionais e de vida. Muitos entrevistados relatam que aprenderam “fazendo”, observando e trocando com pessoas mais experientes, outros aprenderam em cursos especializados.

“Eu tinha um patrão que ele amava essa questão de jardinagem. E ele me ensinou muito. Me ensinou muito. E aí de lá para cá eu me agarrei com isso” (Presidente/fundador)

“[Me perguntaram] você sabe fazer remédio? Você conhece as plantas? Você vai trabalhar? Eu falei, conheço, conheço, várias, várias plantas. É que meu pai era filho neto de índio, meu pai sabia criar planta, fazer chá, fazer remédio. Quando veio para cá para o Rio de Janeiro, faleceu [...] aí comecei a estudar, né, comecei a estudar” (Gestora)

A valorização do saber popular, especialmente no que diz respeito às plantas, hortas e alimentação aparece de forma marcante para os sujeitos, e a construção de pontes entre universidade e favela, e entre conhecimento técnico-formal e o saber tradicional foi enriquecedor para grande parte dos/as entrevistados/as. Em alguns trabalhos desenvolvidos, o/a próprio/a coordenador/a atuava de forma a conectar esses tipos de conhecimento - sendo possuidor/a de ambos, enquanto outras organizações buscavam convidar profissionais com formação acadêmica para dialogar e trocar, construindo soluções coletivas, com pessoas que dominavam o conhecimento prático e de origem muitas vezes familiar. A coexistência desses saberes amplia o alcance das ações e fortalece as iniciativas nos territórios.

As iniciativas mapeadas apresentam diversidade de formatos, origens e níveis de institucionalização, mas, como traço comum, possuem o enraizamento comunitário e o protagonismo de moradores em sua criação e condução. Muitas delas surgiram como

resposta direta a emergências — como a pandemia da Covid-19 — ou a demandas cotidianas por saúde, alimentação e educação nos territórios. Percebe-se, nesse sentido, uma presença significativa de projetos impulsionados por vínculos afetivos, familiares ou religiosos, muitas vezes ligados ao desejo de cuidar, compartilhar saberes e promover transformação em contextos adversos.

"E aí, nesse processo, a gente entendeu que só com a comunicação comunitária não seria possível tentar ajudar a favela só com a questão da comunicação, né. Só que a gente sentiu uma necessidade muito maior aqui de criar alguma coisa mais... Mais uma frente mesmo de luta" (Coordenador)

Embora parte das iniciativas tenha se originado de ações individuais ou de pequenos grupos, outras derivam de articulações institucionais, como cursos de extensão universitária ou parcerias com igrejas. Essa diversidade de origens impacta diretamente a forma como os projetos - e as pessoas envolvidas em sua gestão - se organizam e se mantêm. Algumas iniciativas se estruturaram como organizações formais, com CNPJ e equipe remunerada, enquanto outras funcionam de maneira mais informal, baseadas no voluntariado e na articulação com instituições locais, como igrejas, escolas ou clínicas da família. Contudo, até em organizações formalizadas, a pluriatividade é característica comum a todas as pessoas entrevistadas, reflexo direto da ausência de políticas públicas consistentes que garantam sustentabilidade econômica às ações desenvolvidas, que são de interesse público.

Em termos de financiamento, o acesso a editais é desigual: enquanto algumas contam com equipes especializadas para captação de recursos, outras desconhecem ou não conseguem acessar essas oportunidades, dependendo de doações pontuais ou investimento pessoal dos fundadores. Contudo, mesmo entre aquelas que acessam editais e possuem estrutura para captação de recursos, há relatos recorrentes de interrupção de repasses, dificuldade de prestação de contas e impactos causados por mudanças de gestão pública, sendo a instabilidade financeira um atravessador de todas as experiências.

Há, também, ampla diversidade na infraestrutura e nas tecnologias utilizadas. Algumas iniciativas contam com sistemas de irrigação, compostagem, caixas d'água, estufas, enquanto outras apresentam o manejo todo mais manual. As tecnologias sociais, de baixo custo, ocupam um papel central nesse contexto, tanto como soluções práticas de enfrentamento da escassez de recursos e ganho de tempo, quanto como estratégias de mobilização comunitária. Entre as tecnologias identificadas nas visitas, destacam-se as composteiras caseiras; sistema de irrigação; uso de pneus como canteiros; estufas para

ampliar a produção; e formação de mutirões como forma de manutenção dos espaços e partilha de conhecimentos.

"Fizemos o irrigamento que eu acho muito importante. Porque te ocupa menos tempo. Porque enquanto ele está molhando ali, você está fazendo a mesma coisa na horta." (Presidente/fundador)

O reaproveitamento de resíduos, o uso de adubos naturais e a produção agroecológica são práticas comuns, mesmo que nem sempre sistematizadas. O acesso à água é, também, um fator-chave. As hortas visitadas ainda dependem exclusivamente da rede pública, algumas vezes insuficiente, mas algumas visam instalar captação de água da chuva, para ampliar as possibilidades de acesso. Percebe-se, portanto, que as iniciativas operam em um campo tensionado entre potência e limite, no qual os sujeitos envolvidos constroem, muitas vezes, caminhos e soluções próprias de sustentação e transformação.

A relação das iniciativas com seu público na Maré é multifacetada e dinâmica, e a proximidade e identificação mútua são evidentes. Isso se dá, sobretudo, pelo fato de muitos integrantes dessas iniciativas serem também moradores do bairro, o que fortalece os vínculos e contribui para que se estabeleça uma boa comunicação. Em muitas iniciativas, o boca a boca segue sendo a principal forma de mobilização, com o próprio público convidando outras pessoas a participar. Tal dinâmica orgânica reforça uma rede de solidariedade e pertencimento que vai muito além da entrega de recursos, se traduzindo em espaços de acolhimento e fortalecimento coletivo. Durante uma das entrevistas foi possível perceber a relação profunda estabelecida entre o fundador e público da iniciativa a partir do contato diário: todos se conheciam e o coordenador sabia exatamente quem era quem, conversavam como vizinhos, faziam brincadeiras, perguntavam da família, e não se observaram relações hierárquicas ou de postura assistencialista entre quem ofertava e quem recebia o alimento.

O público atendido varia conforme a proposta e a capacidade de cada iniciativa — algumas atuam diretamente com crianças, como é o caso de projetos que além de ações educacionais distribuem alimentos para as famílias que compõem sua rede, outras voltam-se a famílias em situação de maior vulnerabilidade, que podem ser indicadas por unidades de saúde ou cadastradas por meio de mutirões e articulações comunitárias etc. Em todos os casos, a presença no território é um fator determinante: é a convivência cotidiana, o reconhecimento das lideranças e a construção de relações de confiança que possibilitam o alcance e a continuidade das ações. O contato direto com os/as moradores/as, a participação em mutirões, visitas, rodas de conversa, cursos e oficinas são

estratégias que fortalecem os laços e permitem que essas iniciativas não apenas entreguem alimentos, mas se tornem espaços de acolhimento, aprendizado e transformação.

“Mulheres, tem muita mãe solo, tem muito idoso. O que mais vê é catador de reciclados. Quem vem buscar, a maioria são mulheres. Mas tem muito homem também, que vem pegar aqui.” (Membro da equipe)

O alcance das ações está diretamente relacionado ao grau de enraizamento territorial e a territorialização. Iniciativas que contam com pontos fixos e são mais reconhecidas no território e conseguem atender uma grande quantidade de pessoas todos os dias. Por outro lado, aquelas que operam de forma móvel enfrentam dificuldades para distribuir os alimentos preparados, especialmente quando tentam ampliar sua atuação. Sem um local de referência para que as pessoas possam procurá-las, a logística se torna mais difícil — não por falta de demanda, mas por uma maior dificuldade de conexão entre quem oferece e quem precisa. Contudo, o enraizamento vai além da localização física: envolve a construção de vínculos contínuos e confiáveis, fundamentais para a efetividade das ações. Ainda assim, a localização física assume um papel importante, visto que a existência de um ponto de referência, territorializado, aumenta as possibilidades de criação de conexões com as pessoas.

“Então a gente fica muito tempo distribuindo, [...] se a gente distribuir 250 vamos ter que ir para outro lugar para terminar de distribuir, então 200 é o teto, que a gente vai começar a variar entre 150 e 200. Então o nosso principal passo é entender como a gente melhora esse impacto [...] Estamos começando a entender como melhorar em qualidade o que a gente está fazendo, não mais em quantidade.” (Coordenador)

As conexões com a comunidade acontecem de diversas formas. Algumas iniciativas nascem dentro de equipamentos públicos, como clínicas da família; outras se originam do engajamento de moradores atuantes em redes locais. Há também aquelas ligadas a escolas ou coletivos culturais e ambientais. Mutirões, visitas, oficinas e rodas de conversa são estratégias recorrentes para fortalecer esses laços e garantir que o trabalho vá além da produção e entrega de alimentos — tornando-se, de fato, parte do cotidiano das pessoas.

Em termos de impacto, destacam-se não só os números — como milhares de refeições distribuídas durante a pandemia ou alimentos fornecidos regularmente a famílias inteiras —, mas também os efeitos subjetivos e simbólicos: o sentimento de pertencimento, o reconhecimento de saberes populares, a criação de espaços de cuidado e escuta, e a valorização do território como lugar de vida e potência. Mesmo sem resolver

estruturalmente os problemas da fome ou da saúde, essas ações transformam a vida de quem participa — e é nessa escala, cotidiana e relacional, que mora a força do que se constrói.

2. Ações e Projetos: as práticas políticas da segurança alimentar na Maré

Entre as iniciativas entrevistadas, é possível perceber um pano de fundo comum: a tentativa de responder, a partir do território, a uma realidade de insegurança alimentar estrutural. Em vez de tratar a alimentação apenas como necessidade biológica ou ação emergencial, as organizações conectam comida, saúde, cuidado, educação e resistência. Ainda que nem todas tenham a segurança alimentar como eixo estruturante⁹, na totalidade dos projetos ela aparece como atravessamento importante — seja no gesto de distribuir quentinhas, no preparo de refeições saudáveis para crianças, no cultivo de hortas com alimentos e ervas medicinais, ou na criação de espaços de partilha de conhecimento sobre o que se come.

As iniciativas visitadas articulam práticas cotidianas de cuidado, cultivo e organização comunitária, a partir de visões plurais a respeito da transformação social a partir da terra, da alimentação e do pertencimento. Durante as entrevistas, os/as representantes das iniciativas conversaram sobre a importância da ação para o território e para eles próprios, e sobre quais projetos de transformação social para a comunidade objetivavam. Em um contexto de insegurança alimentar, a oferta de alimentação para os/as moradores/as tem o papel objetivo - mas, nitidamente, não simples - de combate à fome. Um dos discursos mobilizados por todas as iniciativas é de um compromisso na luta pela segurança alimentar, de *ajudar a comunidade*, buscando mitigação e enfrentamento à fome.

“Tem esse cuidado, né [da comunidade]? É porque sabe que o que é plantado ali é pra elas também. Não tem essa, né? O que é plantado, a intenção dessa horta, foi justamente pra isso, pra atender a comunidade sem custo nenhum.” (Coordenador)

“O trabalho de base já está introjetado em cada um de nós. Minha parada, particularmente, é ajudar a favela, é o que eu sempre fiz. Nosso compromisso político é com a favela” (Coordenador)

⁹ Em alguns casos, a alimentação aparece como ação complementar, vinculada a outras áreas como educação. Por exemplo, há iniciativas que distribuem alimentos esporadicamente, de forma solidária e que possuem o foco em atividades educacionais, sem uma estratégia de longo prazo voltada à soberania alimentar, ou que trabalham com hortas voltadas principalmente ao uso terapêutico das plantas. Em contrapartida, outras ações desenvolvem práticas agroecológicas, distribuição sistemática de alimentos frescos, materiais educativos sobre nutrição e parcerias com escolas e unidades de saúde, demonstrando uma centralidade maior da segurança alimentar em suas práticas.

“Não somos os mais importantes, mas tem gente que conta com a gente todo dia” (Membro da equipe)

“Eu gosto de ver as coisas acontecer, né? Eu não penso pela questão do lado monetário, né? O negócio é fazer o bem pras pessoas. Dinheiro é consequência do trabalho” (Coordenador)

A preocupação com a saúde e, portanto, com a escolha dos alimentos, atravessa parte das iniciativas. Fornecer alimentos frescos e nutritivos para a população não só contribui para a prevenção de doenças como hipertensão e diabetes, mas também melhora a qualidade de vida da comunidade. As hortas visitadas não utilizam agrotóxicos ou fertilizantes químicos para controle de pragas, visando a manutenção da saúde da população, por meio da produção orgânica. Ainda, existe uma preocupação com a qualidade nutricional e diversidade de alimentos ofertados. A presença de nutricionistas nas iniciativas é fundamental para garantir que a alimentação oferecida seja balanceada e atenda às necessidades nutricionais dos assistidos. Contudo, mesmo que algumas iniciativas tenham citado a colaboração de nutricionistas, a maioria não tem o apoio desses profissionais. Nas ações de distribuição de refeições, o cardápio é montado a partir do que se recebe de doação, ou o que está com preços mais acessíveis. Mesmo nas organizações com cardápios montados por profissionais, adaptações são constantes para baratear a produção.

Além disso, a cultura alimentar da favela é colocada como questão¹⁰. Um dos coordenadores de uma horta expõe o desafio de incentivar os/as moradores/as, especialmente crianças, a comerem alimentos naturais. Essa dificuldade foi compartilhada em outros projetos visitados, e demonstram uma preocupação com a desconexão das pessoas com a terra. Por outro lado, por limitações financeiras, um dos projetos de distribuição de quentinhas algumas vezes opta por alimentos ultraprocessados, como salsicha, para diminuir o custo e poder produzir mais refeições.

“A gente já ouviu sobre como a alimentação aqui melhorou a saúde das pessoas” (Membro da equipe)

“Isso é uma questão também porque tem muitos pais - eu digo de modo geral - que o que ele tem? O que ele tem de comida? Mas aí fala: “ah, eu não gosto de jiló, porque eu não gosto”. Mas nunca comeu. Né? Nunca comeu. Então por que vai falar que não gosta? Eu

¹⁰ Cabe fazer uma ressalva aqui de que o amplo consumo de ultraprocessados, em detrimento de alimentos naturais, não recai sobre uma mera escolha dos sujeitos, visto que não é possível desconsiderar a influência das corporações que controlam o mercado alimentício e da dinâmica de precarização da vida da classe trabalhadora, que se depara com alimentos ultraprocessados como única opção (em transportes como trens, ônibus, etc.), ou como opção mais barata nos mercados, ou não dispõe de tempo para preparo de alimentação de qualidade em casa.

posso falar daquilo que eu já experimentei. Só pode-se falar de fome que a gente já passou. Eu já passei, eu posso falar. [...] E aí é aquilo que passa para os filhos. E aí o filho acaba não comendo. E aí a gente tem esse cuidado de falar para eles aqui sobre essa alimentação. Que comer uma verdura é bom. Que comer um legume é bom. Que comer uma fruta é bom. Então... Tem aluno que você fala assim “come uma pera”, não come. Diz que é ruim, mas nunca comeu. Então a gente tem esse cuidado desde muito tempo. Com a saúde, né? Com a saúde” (Coordenador)

Percebe-se o atravessamento de alguns projetos com a educação e conscientização a respeito da alimentação saudável e a relação com o território. Em algumas organizações visitadas, a educação é eixo central da transformação, e não deve ser vista apenas como um processo de aprendizado sobre hábitos alimentares saudáveis, mas também como uma forma de empoderamento comunitário. Observou-se durante as visitas que ensinar a comunidade a cultivar seus próprios alimentos e a cuidar de sua saúde alimentar é uma maneira de promover a autossuficiência e independência das pessoas que vivem nesse território. Diversas organizações desenvolvem ações educativas com crianças, jovens e adultos, buscando ampliar a consciência sobre os problemas do território e estimular a construção de soluções coletivas. As hortas e cozinhas viram salas de aula vivas, onde se aprende fazendo e se pensa criticamente sobre o mundo, funcionando como pontos de encontro e aprendizado.

Mesmo sem uma estrutura formal, há uma pedagogia do cotidiano¹¹ em curso, na qual muitas iniciativas falam sobre a importância de trazer as crianças para experienciar esse novo olhar para os alimentos. Mais do que plantar, trata-se de cultivar vínculos com a terra, com o território e com o outro. Essas experiências promovem educação ambiental, incentivam uma alimentação mais saudável e criam oportunidades de socialização entre gerações. Ações como visitas escolares a hortas, oficinas sobre compostagem e cultivo, ou mesmo a escuta atenta às necessidades de quem busca um chá para dor ou ansiedade, tornam-se espaços de aprendizagem e construção de consciência crítica sobre os modos de produzir e acessar comida. Em algumas dessas práticas, emerge uma tentativa de construir uma cultura alimentar mais autônoma, conectada ao território e menos dependente dos circuitos de consumo industrializados.

¹¹ A pedagogia do cotidiano é uma abordagem que valoriza os saberes e aprendizagens que acontecem nas experiências diárias, dentro e fora da escola, reconhecendo a vida cotidiana como espaço formativo. Em outras palavras, é uma forma de compreender a vida na sua inteireza, tecida por múltiplos fios — como os tempos, os espaços, as relações e as linguagens (Carvalho, R. S.; Fochi, P. S.). Essa perspectiva permite reconhecer as práticas das iniciativas observadas como experiências educativas e transformadoras, enraizadas no território, nas quais o cotidiano das relações, dos espaços e dos tempos vividos se torna um campo fértil para a aprendizagem e a construção coletiva de saberes.

"Uma vez eu fui numa creche e perguntei pra eles de onde vinha a cenoura, eles falaram que vinha da fábrica, né? Então, eles não tem noção. Tem que saber que é uma sementinha, aquilo germina, depois vira um vegetal pra depois o mercado. Essa questão educativa."
(Diretor/fundador)

O papel da conscientização, entretanto, pode ganhar sentidos diferentes para as organizações. Enquanto, mesmo que de forma minoritária, alguns projetos afirmam a visão de oferecer oportunidades para que as pessoas possam “melhorar de vida” e sair da favela, outros compartilham o compromisso e sentimento de responsabilidade com o território. Alguns relatam que, após estudar ou adquirir alguma formação técnica, sentem como missão continuar ou voltar à Maré para aplicar o que aprenderam. Essa devolução é vista como compromisso ético e político com a favela e seus moradores: é preciso fazer com que o conhecimento circule, se enraíze e gere frutos no próprio território, rompendo com a lógica de fuga da favela como único caminho de sucesso.

“A horta é parte de uma luta pela transformação da favela e resistência através da produção de saberes e alimentos [...] Aqui, a horta é um espaço de educação alimentar e também de luta pela soberania alimentar, com objetivo de fortalecer a favela”
(Coordenador)

“Eu sempre enxerguei que eu saindo ou não da favela, eu tenho uma missão com pessoas aqui de dentro. Um dos nossos objetivos é alcançar mais pessoas da Maré. Agora, nosso objetivo é acho que o deles, não é continuar morando aqui dentro. Nosso objetivo para os alunos é que eles consigam melhorar a vida deles o suficiente para não sentir a influência de tudo que acontece dentro da favela [...] Isso a gente entende que fortalece nosso objetivo de oferecer a oportunidade de crescer através da educação, seja para crescer e sair da favela, seja para crescer e ficar, mas tendo muita noção de tudo que acontece” (Coordenador)

O pertencimento ao território se coloca como camada fundamental na vivência e ação de algumas dessas pessoas. Há uma preocupação com a construção de um legado a ser deixado, que ultrapasse o presente e alcance as próximas gerações, mobilizando práticas cotidianas, como o cuidado com o espaço comum: plantar hoje é deixar sombra e alimento para o futuro. Trata-se, portanto, de um gesto de transmissão intergeracional, enraizado na valorização da memória e na projeção de futuro. Nos relatos, emergem afetos que expressam o vínculo com a terra e um desejo de continuidade, transmissão de saberes, memória e pertencimento. Observa-se uma luta pela transformação do território urbano, com a ocupação de áreas degradadas, e até a criação de praças e espaços de lazer. Áreas antes deterioradas, com lixo ou esgoto a céu aberto, passam a ser ocupadas por hortas,

jardins, praças e bancos. Com isso, surgem novos espaços de convivência e valorização da paisagem local, a partir da ação direta dos moradores, que reconstróem seu ambiente.

“Me agarrei com isso. E pretendo levar para a vida toda, enquanto durar, esse conhecimento e também passar para essas criaturas adolescentes que precisam ter esse conhecimento de que de fato a gente precisa ter o verde para que a gente possa respirar” (Coordenador)

“Se você ver já tem bastante coisa plantada, né? Virou uma área de lazer, chega de noite aqui. Isso aqui é uma praça de namorada, todo mundo vem namorar aqui, né? Mas antes não vinha, era um local escuro. Consegui botar iluminação. Consegui ornamentar. Então, isso como impacto, eu me sinto assim, muito gratificante, né? Não só pra mim, mas para todo mundo. É um legado que vai ficar pra mim” (Coordenador)

“Tem pastor que combate a fome na África, mas a fome tá aqui no meu quintal” (Coordenador)

Ainda, as hortas também funcionam como espaços de cuidado integral da comunidade, para além da alimentação. Algumas delas distribuem gratuitamente chás, remédios naturais, temperos, folhas e raízes, funcionando como pequenas farmácias populares. São iniciativas que colocam em prática uma ideia ampliada de saúde — que inclui alimentação e bem-estar, e aparecem, de forma recorrente, como espaço de cura, reconexão e enfrentamento ao estresse para o/a próprio/a coordenador/a. Para muitos, o contato com a terra representa um respiro diante das pressões do cotidiano e da violência urbana. Cuidar das plantas, mexer no solo, ver o alimento crescer — tudo isso é vivido como uma prática terapêutica, que alivia o estresse, melhora a saúde mental e cria pequenos refúgios de tranquilidade no meio da cidade. O cultivo vira, além de uma maneira de atender à comunidade, uma forma de cuidar de si.

“Plantar na Maré é a melhor coisa, eu consigo conversar com as plantas, elas me deixam com mais paciência” (Coordenadora)

“Porque é uma terapia, né? Uma forma de terapia. Eu queria tanto que muitos jovens entendessem isso, né? Como isso é importante. Porque isso contribui pela questão do estresse, né? Você tem uma harmonia melhor, né? Você consegue ter aquele contato com a natureza. E aí você vai se libertando de certas doenças, tal coisa. E o outro é o comprometimento, né? O comprometimento de você proteger o meio ambiente. Assim, o verdadeiro ambientalista, ele tem esse comprometimento.” (Coordenador)

“Gente, você não tem noção o quanto isso é gratificante pra sua vida. Porque esse contato com a terra, eu estou estressado. Eu estou

estressado, eu saio da minha sala, eu vou lá pra horta. E ali eu começo, tiro uma planta daqui, coloco ali, tiro daqui, coloco ali, e eu estou mexendo, aquele problema já foi embora da minha cabeça. Eu já vou voltar pra casa diferente. É coisa que o homem não tem como explicar. O que o contato com a terra, com a natureza faz na nossa vida? Sair do caos." (Coordenador)

Percebe-se, desta forma, que, além dos benefícios físicos, o cultivo de alimentos também traz uma série de benefícios psicológicos e sociais, promovendo o bem-estar mental e oferecendo um espaço para que os moradores se envolvam em atividades educativas que os conectem com a terra e a comunidade. Esse tipo de atividade, diretamente relacionado a uma prática de cuidado, contribui para a redução do estresse e oferece uma sensação de pertencimento e engajamento com o território.

Ademais, durante as entrevistas, pôde-se perceber que essa dimensão do cuidado aparece com mais evidência nas iniciativas lideradas por mulheres. Uma delas, em especial, traz o cuidado como eixo central da atuação — não apenas no conteúdo das ações, mas na forma como elas são conduzidas: com tempo para escutar, com atenção às emoções, com disposição para criar vínculos que não se limitam ao projeto. O cuidado, nesse contexto, não é uma tarefa secundária ou invisível, mas um princípio político e organizativo, que estrutura a maneira como se pensa o alimento, a saúde e o território. Também é uma forma de resistência frente à lógica da escassez, da pressa, da produtividade imposta — reafirmando que viver com dignidade passa por relações mais atentas, mais gentis e mais coletivas.

Outro ponto importante a ser destacado é a forma como essas iniciativas se relacionam com o território: nenhuma atua de fora para dentro. Todas são conduzidas por moradores ou ex-moradores, pessoas com vínculos afetivos e políticos com a favela. Isso faz com que a escuta das necessidades locais seja parte do processo, e que a ação se guie não só pela técnica, mas por afetos, experiências e pela urgência concreta do que falta no dia a dia, e no que é importante investir tempo e recurso.

Nos discursos sobre fortalecer a favela, um projeto político muito presente é de produção de autonomia para o território. A produção local de alimentos saudáveis e o uso de plantas medicinais — práticas que reduzem a dependência de políticas públicas frequentemente instáveis — tornam-se estratégias fundamentais para garantir bem-estar e soberania comunitária. Essas ações não se limitam à resolução de carências imediatas, mas operam como catalisadoras de processos coletivos mais amplos, que visam fortalecer redes de solidariedade, fomentar o cuidado mútuo e afirmar modos de vida ancorados na

cooperação e na autogestão. Os espaços cultivados se tornam, então, territórios vivos de educação ambiental, promoção da saúde, construção de laços comunitários e experimentação, na prática, outras formas de viver e de se organizar, alternativas ao modelo hegemônico de urbanização e consumo. Nestes projetos, o plantar adquire sentido de reconfigurar relações entre pessoas, saberes e natureza.

“Plantar na Maré é um ato político. É sobre construir um espaço de autonomia e soberania alimentar” (Coordenador)

“Esse dia, um rapaz aí, ele tava ali limpando, ele pegou uma pedra, sentou, aí ele falou assim, o que você ganha com isso, plantando lá? Aí eu falei, isso é muito fácil, é só você pegar essa pedra, e sentar ali no meio do asfalto, e fazer uma reflexão. Fica lá, cinco segundos lá, e cinco segundos aqui, e vê qual é a diferença. Aí ele olhou, aí falou, então, se você tá debaixo de uma árvore, tá fresco, porque alguém plantou. Você poderia ter essa mesma mentalidade... Eu posso não usufruir muito tempo dessa árvore, mas alguém vai usufruir. Como eu, essa mangueira, não fui eu que plantei, quando eu cheguei aqui, alguém plantou ela pequenininha, mas eu tô usufruindo dela. Alguém fez” (Coordenador)

Por outro lado, a espiritualidade também apareceu como fonte de força e motivação para um dos projetos envolvidos com as práticas de segurança alimentar. Em especial, a fé cristã é mencionada como impulso para cuidar do próximo, alimentar quem tem fome e servir à comunidade: “A gente acredita que, enquanto cristãos, nossa missão é ajudar as pessoas”, conta um coordenador.

Há, aqui, uma tensão entre ações assistenciais e projetos de transformação mais profunda. Algumas iniciativas atuam de maneira emergencial, como na distribuição de refeições prontas, em geral motivadas por situações de crise, como a pandemia, mas se fortalecem quando encontram engajamento dos/as moradores/as e contato direto e frequente com os/as beneficiados/as. Outras experiências conseguem ir além: estruturam hortas agroecológicas, promovem mutirões de plantio, desenvolvem materiais educativos sobre alimentação e estabelecem pontes com escolas e unidades de saúde. A relação com a saúde se dá de forma ampliada e atravessada pelo cuidado — não apenas como atenção à doença, mas como uma prática cotidiana, coletiva e afetiva de manutenção da vida. O alimento é percebido não só como sustento, mas como cuidado em si: um chá preparado com ervas cultivadas localmente, uma receita pensada para aliviar dores, um almoço oferecido com escuta e acolhimento. Em alguns casos, iniciativas produzem chás, pomadas e remédios naturais — ações que não apenas enfrentam as falhas do sistema de saúde, mas também reafirmam a potência dos saberes populares e das práticas de cura ancestrais.

Também foi possível identificar, em algumas entrevistas, uma crítica a modelos considerados estruturantes ou recorrentes no ativismo político na Maré: o protagonismo e a dependência de grandes organizações. Em diversos momentos, as iniciativas valorizaram o trabalho de base e denunciaram o desinteresse das instituições maiores em uma construção coletiva no território, ocorrendo muitas vezes de chegarem com propostas prontas, sem escuta com quem já trabalha com a temática na Maré, ou até com envolvimento das organizações, mas apenas para levantamento de ideias e propostas, sem continuidade em parceria para execução das mesmas, ou divisão dos benefícios da solução construída coletivamente.

“O que me entristeceu muito é que você participa e na hora que o panetone tá construído, a fatia não aparece. Aí eu acabei ficando um pouco isolado disso, o que foi me entristecendo, como outras lideranças, acabaram cuidando do seu próprio trabalho. Eu nem sei se tem mais desse tipo de reunião, mas já criamos fóruns de dentro, mas não tivemos muito êxito. Então acabou cada um cuidando do seu quintal. Para não perder muito tempo, eu também preferi ficar dessa forma. Participo quando é uma coisa com objetividade, que realmente vai acontecer. Fora isso, eu prefiro ficar aqui, plantar na minha mudinha, que eu vou ter mais sucesso. Eu vou saber que ali na frente eu vou colher aquilo que eu tô plantando”. (Coordenador)

As hortas, cozinhas e outras práticas de cuidado com a alimentação são entendidas pelos entrevistados como muito mais do que ações de combate à insegurança alimentar: elas carregam sentidos mais profundos de transformação social. Plantar e produzir localmente são atos políticos conscientes, que expressam resistência à insegurança alimentar e ao racismo ambiental¹². Os entrevistados defendem a importância de não depender de políticas públicas instáveis ou da caridade institucional para se alimentar e se cuidar. A produção de alimentos e remédios naturais é vista como ferramenta concreta de soberania alimentar e medicinal, garantindo autonomia diante de um sistema desigual. E, mesmo nos casos em que o discurso político é menos explícito, as práticas falam por si. Nesses casos, o alimento é um meio de acolhimento e vínculo com a comunidade. O ato de cuidar da terra, de alimentar vizinhos, de recuperar um espaço público, de partilhar saberes — tudo isso se apresenta como resistência concreta. Percebe-se, nesse sentido, uma luta majoritariamente voltada para o espaço cotidiano da favela, e não por legitimação na esfera

¹² Somado à insegurança alimentar, existe um retrato explícito do racismo ambiental - ou seja, de uma distribuição desigual dos impactos ambientais, na qual populações racializadas, especialmente negras, indígenas e periféricas, são sistematicamente expostas a maiores riscos e têm menos acesso a recursos e decisões sobre o meio ambiente, que aparece nas ausências históricas de políticas públicas de saneamento efetivas e oportunidades de participação das populações locais nas decisões sobre o território. Esses fenômenos se conectam diretamente para quem vive em áreas marginalizadas, onde comer bem e viver em um ambiente saudável ainda não são garantias, mas sim lutas coletivas.

pública, dada a descrença apresentada na luta por políticas públicas, que leva à busca por autossuficiência. São formas silenciosas, mas potentes, de afirmar outras lógicas de vida, sustentadas pela solidariedade e pelo desenvolvimento de tecnologias sociais¹³ para o cuidado comunitário. Plantar, cozinhar, cuidar, ensinar são práticas entendidas e vividas como forma de luta por direitos, dignidade e reconhecimento.

3. Desafios Enfrentados e Estratégias Mobilizadas

Apesar dos avanços nas práticas de segurança alimentar e educação alimentar, muitos desafios persistem. As iniciativas locais visitadas enfrentam uma série de desafios estruturais, sociais e políticos que comprometem sua continuidade e expansão. Entre eles, destacam-se: desafios com segurança e conflitos; com recursos financeiros e burocracia; com comunicação e visibilidade; ausência de políticas públicas estruturantes; e limitações físicas e estruturais. A falta de articulação entre as iniciativas também foi elencada enquanto desafio, mas será abordada na próxima seção deste relatório, dada a sua centralidade para a discussão das perspectivas futuras para a Maré. As dificuldades se expressam de formas e em alcances diversos, dependendo do contexto de cada instituição, mas se mostraram - com maior ou menor impacto - transversais a todas as lideranças entrevistadas. Com elas, são desenvolvidas e mobilizadas diferentes estratégias de enfrentamento e continuidade das ações.

A segurança pública representa um entrave cotidiano ao trabalho. Relatos evidenciam que a presença constante de grupos armados, confrontos e operações policiais inibem a circulação de apoiadores e patrocinadores, desestimulando parcerias. A dinâmica de violência impacta profundamente não apenas a rotina dos projetos, mas a imagem externa da Maré, estigmatizada dentro do discurso midiático, criando uma barreira simbólica e prática à entrada de recursos, parcerias e voluntariado. Em muitos casos, é necessário negociar diretamente com o poder local para garantir a continuidade das atividades, inclusive para conseguir espaço para as hortas. As negociações e construção dos projetos com associações de moradores também são frequentemente necessários, o que, em alguns casos, pode gerar desafios.

¹³ Tecnologias sociais são soluções construídas coletivamente pelas e com as comunidades para responder a problemas locais de forma acessível, participativa e sustentável. Elas valorizam os saberes populares, promovem a autonomia e se diferenciam das tecnologias convencionais por nascerem do território e não serem impostas externamente.

“Eu tenho uma patrocinadora... Que hoje ela não vem mais. Ela veio comigo. Fui buscar ela na Avenida Brasil, e ela tremia. Tremia. Com medo. Porque passando... Tem que passar com as janelas abertas. E... os bandidos armados. É... Ela tremia. Nunca mais veio. Se você tem um filho... Né? Você vai deixar seu filho fazer um estágio dentro da favela? Onde tem um grupo armado gigantesco? Não vai deixar. E com isso, a própria comunidade que é prejudicada” (Diretor/fundador)

“Porque a maré também não é tudo que a mídia diz, né? Eles botam muito terror. A imprensa e tudo. O que acontece é confronto. Então eu perdi muitas, assim, apoio por causa disso. A Maré... E o investidor, ele quer acompanhar. Ele tá investindo, ele quer saber. Ele quer relatório, ele quer fotografia. Ele quer vir, conhecer o local. Então tem essas dificuldades” (Diretor/fundador)

“O acesso, igual eu falei da parada do frete, teve vezes, tipo assim, teve uma semana que morreu dois caras do BOPE aqui na operação, aí eu cheguei lá e: “pô será que tem como você ir pra maré entregar as compras?”, “Maré? Tá maluco? Vou nada!”. Tem vários obstáculos a mais assim da gente tá aqui dentro... mas ao mesmo tempo a gente tá atendendo as pessoas que precisam de fato” (Membro da equipe)

“Uma parada que é um obstáculo grande são as operações. É difícil conseguir atuar tendo isso em mente, tipo, a gente já perdeu 40 kg de batata uma vez, porque tavam separadas para gente fazer no dia e no dia teve operação, ninguém saiu de casa, pra não colocar ninguém em risco [...] a gente já perdeu muita coisa assim, como eu faço as compras, eu me planejo muito nisso, se tá tendo papo de operação, ao invés de eu comprar banana, se eu comprar banana amarela vai estragar rápido, se não for entregar vai estragar, então eu pego uma maçã uma parada que vai segurar mais, então compro uma banana bem verde mesmo, tem que sempre se preparando pra isso...” (Membro da equipe)

Ainda, a circulação dentro do próprio território é, por vezes, limitada. O controle armado entre diferentes favelas da Maré restringe a atuação de lideranças e organizações, impossibilitando, por exemplo, a distribuição de alimentos em outras áreas ou a ampliação de projetos educacionais para além da favela de origem da iniciativa. Essa fragmentação territorial impacta também a construção de redes e articulações entre grupos locais, dificultando ações conjuntas e mais potentes.

“Se você quiser ajudar quem precisa, uma hora tem essas entradas. Aí tem a questão que eu moro aqui e lá [outra favela da Maré] já é outro ambiente. Aí eu daqui já perguntam o que estou fazendo lá. Eu não gosto muito de penetrar” (Diretor/fundador)

Em relação aos cuidados com as hortas comunitárias e domésticas, o furto de plantas, especialmente das mais valiosas, é um problema frequente. Os coordenadores relatam também a frustração com práticas como a retirada de mudas com raiz, frequentemente por desconhecimento do morador, o que inviabiliza o replantio e desestimula a continuidade da atividade. Em muitos casos, isso é agravado pela falta de cercamento ou por se tratar de hortas em áreas públicas, como calçadas. Algumas lideranças compartilham sua tristeza ao ver o esforço de meses ser destruído em poucos dias. Férias ou ausências temporárias também representam momentos de insegurança, pois raramente encontram substitutos comprometidos para o cuidado das plantas.

“O cara me arrancou os pés de arruda toda. Arrancou. Eu fui na casa dele. Não achei ele. Depois ele veio aqui e eu falei a verdade para ele. Isso não é meu. Isso aqui é nosso. É da comunidade. E aí eu disse a ele, como você arranca o pé? Você está sendo egoísta, cara. Gente, eu parei até de plantar. Porque o que mais tem é gente que vem arrancando e leva. Em vez de arrancar a folha, não... leva, arranca o pé. Não é possível. É complicado. Outro dia a mulher estava pegando, puxando. Falei “Senhora, para que você está fazendo isso?” Eu cheguei na hora. Ela disse, “não, é para fazer chá em casa”. Não tem necessidade de você fazer isso. Senhora, arranca as folhas. As folhas. Por quê? Amanhã, a senhora vai vir aqui e vai ter de novo. Aí ela aprendeu. Aí ela vem aqui: “Posso pegar uma folha?” Pode. Pode. É isso” (Diretor/Fundador)

“As pessoas pegavam e levavam com raiz e tudo, destruíam” (Gestora)

Em situações de insegurança, algumas lideranças camuflam as plantas mais valiosas, buscando formas criativas de protegê-las para minimizar esse impacto e evitar o uso incorreto da horta, que compromete a sustentabilidade da plantação. Muitas iniciativas também apostam na educação ambiental com foco na prática cotidiana, desenvolvendo ações como oficinas, hortas pedagógicas, “farmacinha viva” e projetos com jovens como os “Jardineiros do Amanhã”. Além disso, o reaproveitamento de resíduos alimentares, a produção de compostagem, o uso de tecnologias como irrigação automatizada e a coleta seletiva são estratégias recorrentes para fortalecer os princípios da sustentabilidade, mesmo com poucos recursos e apoio.

Outra dificuldade recorrente é a falta de financiamento contínuo e estável. A falta de recursos e a instabilidade nas políticas públicas são obstáculos recorrentes que dificultam a continuidade e a expansão das iniciativas. O financiamento instável e as mudanças de gestão nos governos locais impactam diretamente as ações dessas organizações,

comprometendo o fornecimento de recursos essenciais, como alimentos e materiais educativos. Muitas organizações relatam, por exemplo, que não conseguem acessar editais por não possuírem CNPJ ou pessoal capacitado para elaboração de projetos. Outras vezes, mesmo com estrutura formalizada, enfrentam a descontinuidade de políticas públicas e de editais em função de mudanças de governo. Há ainda a questão da burocracia e dos altos custos administrativos, como contador e cartório, que são muitas vezes cobertos com recursos pessoais dos próprios responsáveis pelas iniciativas. O preconceito territorial também se revela como um entrave concreto, como quando uma instituição perdeu apoio ao revelar seu CNPJ vinculado à Maré, ilustrando como o estigma territorial compromete a captação de recursos externos.

“Olha, vou ser bem sincero. Você sem dinheiro você não faz nada. Então, o maior desafio é conseguir patrocínio. Que está muito difícil”
(Diretor/fundador)

“Aí, quando a gente pensou que ia respirar um pouquinho, vem a questão da pandemia. Assim, aí, muitas ONGs fecharam a porta. Aí, eu tive que desfazer mais um bem meu, um terreno que eu tive lá [outro Estado] pra poder segurar as despesas administrativas, né? E, aí, a gente tá aí nessa luta, né? Parar não tem como parar”
(Diretor/fundador)

“Acho que a maior dificuldade de trabalhar com a segurança alimentar é a dificuldade do recurso de chegar [...] A gente podia estar nos editais maiores, mas não conseguimos por causa do CNPJ”
(Coordenador)

Apesar de tais dificuldades, as organizações e lideranças locais têm mobilizado um conjunto significativo de estratégias para enfrentar esses desafios. Mesmo com parte dos discursos pautada na busca por autossuficiência, as parcerias com instituições como o SESC, Hortas Cariocas, LANSA, universidades e igrejas são uma das principais formas de garantir apoio técnico, material e financeiro. Alguns coordenadores relatam ter ampliado, também, a busca por financiadores, rompendo com uma limitação que estabeleciam, de não aceitar dinheiro de quem não busca um projeto político alinhado com a organização.

“Desde o início eu ajudo a favela, né, mano? Porque para mim, por exemplo, eu jamais ia fazer uma parceria com a prefeitura, com esse Eduardo Paes. Só que, mano, o dinheiro que chega ajuda a favela”
(Coordenador)”

A escassez de mão de obra engajada com a causa social aparece com força entre as dificuldades. Muitos relatos denunciam a dificuldade de encontrar pessoas comprometidas com o trabalho, especialmente em ações que envolvem crianças, adolescentes ou ações comunitárias regulares. Há um sentimento de sobrecarga entre as lideranças, que se queixam da baixa adesão da comunidade aos mutirões, da falta de continuidade no engajamento e da dificuldade em formar coletivos realmente participativos. A sensação de isolamento e de falta de reciprocidade também leva muitos a abandonarem espaços coletivos, preferindo investir no que conseguem garantir diretamente, ainda que de forma mais restrita.

“A mão de obra também está muito difícil. É, você... Encontrar pessoas que se comprometem mesmo com a obra social é muito difícil. Uma coisa é eu estou trabalhando aqui na instituição. Daqui sai o meu salário. Eu entendo perfeitamente. Mas eu amo o que faço. A outra questão é eu estou trabalhando aqui mas é porque eu tenho a necessidade do meu pagamento. Eu preciso me manter. Então, a mão de obra hoje está muito difícil. E as pessoas... Eu entendo perfeitamente que o trabalhador tem que receber. Mas cara, se você não está, se você está naquele trabalho simplesmente pelo fato de você receber o seu trabalho não vai fluir. Principalmente com criança. O seu trabalho não vai fluir. Você precisa gostar daquilo que faz.” (Diretor/fundador)

Em contextos de escassez de mão de obra, diversas iniciativas apostam em mutirões como forma de engajar os moradores e garantir a manutenção mínima das atividades. Outras tentam construir vínculos afetivos com os participantes, ou ainda trazer exemplos inspiradores de jovens da comunidade que alcançaram sucesso. Ainda, há organizações que conseguem realizar parceria com profissionais que aceitam realizar trabalhos voluntários ou serem pagos posteriormente.

“Tem uma arquiteta que é uma associada e eu não pago. Se eu precisar de uma planta, ela faz por mim [...] [também] tem uma moça lá de São Paulo que eu fiz contato com ela através de um amigo meu que trabalha com captação de recursos. Então, eu fiz uma parceria com ela, que eu não tenho condição de pagar aquele serviço dela. Então, ela falou, não, eu vou fazer a captação de recursos e você quando for pleitear, quando o recurso for pleiteado, já tá incluído em uma planilha orçamentária dos meus trabalhos.” (Presidente fundador)

“E eu tô fazendo o que eu posso, né? A gente também vai envelhecendo, vai perdendo as forças, né? A gente vai tentando passar esse legado nessas pessoas mais novas, né? Pra ver se dá prosseguimento aquilo que nós começamos. O que a gente faz, já faz com o pensamento futuro, né? Agora, o problema da comunidade é

que é um pessoal muito, assim... Eles não são muito comprometidos, né? Às vezes, você desenvolve certas coisas, né? Você faz uma chamada de 30 pessoas, parece três, quatro, né” (Diretor/fundador)

No eixo da comunicação e visibilidade, observa-se um alcance reduzido das iniciativas nas redes sociais, associado à ausência de estratégias estruturadas de divulgação. Essa limitação compromete tanto a ampliação do público atendido quanto o reconhecimento das ações no próprio território, onde muitas vezes parte dos moradores desconhece a existência ou atuação das iniciativas. A dificuldade em acessar públicos mais amplos, aliada à falta de recursos e conhecimento técnico para fortalecer a comunicação, contribui para a invisibilidade dessas experiências, restringindo seu potencial de mobilização e de articulação com outras redes e apoios externos. Há, nesse sentido, um esforço contínuo de formação política e técnica, com cursos sobre captação de recursos, gestão de projetos e uso de redes sociais, com o objetivo de melhorar a visibilidade e a sustentabilidade das ações.

“Principalmente, eu sou muito péssimo na parte de divulgação. Se tivesse uma pessoa que divulgasse, se encarregasse de divulgar mais esse trabalho que se iniciou... Acabou ficando um pouco restrito” (Diretor/Fundador)

“Um dos desafios é a questão financeira, a gente tem zero ajuda, então se a gente não corre atrás, aperta. Se a gente não divulgar muito e pedir muito por doação, a gente não consegue fazer. Esse é o principal. Outra dificuldade é a questão da divulgação, temos muita dificuldade, de as pessoas da comunidade saberem do projeto, chegar nelas” (Coordenador)

Outro conjunto de desafios diz respeito à infraestrutura precária. A falta de espaço físico adequado impede a expansão de hortas, a construção de salas de aula, e a instalação de tecnologias como composteiras. Muitos espaços são improvisados em casas, salões e pátios pequenos, o que limita tanto a produção quanto a logística das ações. Há também grande dificuldade na manipulação e triagem de doações, por falta de áreas apropriadas e por serem frequentemente ocupadas por atividades com os beneficiários. Além disso, iniciativas enfrentam problemas com armazenamento de alimentos e com transporte – seja pela dificuldade de acesso de fretes que aceitem entregar dentro da Maré, seja por dependerem de veículos próprios e instáveis, que quebram frequentemente.

Nesse contexto, as iniciativas demonstram criatividade e capacidade de adaptação ao utilizarem espaços disponíveis na comunidade, como salões, residências e igrejas, para a realização de suas atividades. Essa apropriação de estruturas já existentes no território permite reduzir custos e ampliar o alcance das ações. Além disso, observam-se estratégias organizativas como o uso de tickets para distribuição de alimentos ou materiais, que contribuem para melhorar a logística e o controle das atividades, evidenciando formas de gestão coletiva baseadas na experiência e na vivência territorial.

Por fim, é importante destacar a dimensão afetiva do trabalho dessas lideranças. Muitas delas investem financeiramente e emocionalmente em suas iniciativas, mesmo diante do desgaste, do isolamento e da violência. Relatos demonstram o esforço em construir um legado, formar novas lideranças e manter viva a luta por transformações reais no território. Nesse sentido, mesmo com desafios profundos como precariedade de recursos e baixa adesão comunitária, os sujeitos entrevistados seguem encontrando saídas criativas e coletivas para sustentar suas ações, e sonhando projetos futuros para o trabalho na Maré.

4. Perspectivas Futuras: cooperação, isolamentos e possibilidades

Ao olhar para o futuro, as iniciativas visitadas compartilham sonhos em comum. Muitas citam como desejo a melhoria espacial. Aumentar o espaço da horta para fazer um corredor verde, revitalizar o espaço, estender o canteiro e a grade de proteção até o fim da calçada, montar uma estufa, fazer um galinheiro e obter mais tijolos e redes para proteção do espaço são exemplos de objetivos espaciais futuros citados por grande parte dos/as entrevistados/as que atuam em hortas comunitários e quintais produtivos na Maré. Tal objetivo parece se colocar para além do aumento do alcance e do número de beneficiários, mas com uma nova possibilidade e experiência de cidade em que a favela promove uma sociabilidade cooperativa na relação com a natureza.

Já nas iniciativas que atuam com distribuição de quentinhas há divergências no objetivo futuro. Uma delas afirma que há demanda para aumentar o quantitativo de unidades e em outra o objetivo não é a expansão do número de unidades distribuídas, porque segundo o entrevistado apesar de ter recursos, não há demanda para aumentar o quantitativo e, por isso, focam no melhoramento da qualidade dessa ação social. Esta, contudo, foi uma iniciativa que não conhecia outras que trabalhavam com o tema da segurança alimentar no território, o que pode sugerir que a compreensão de esgotamento da demanda advenha, ainda, de falta de articulação no território.

“Na verdade eu queria plantar na roça, mas só que é o espaço que nós temos. A comunidade, ela não tem... O perfil dela é de capital, não é de área rural. Meu sonho era plantar num local maior, pra que pudesse desenvolver de fato uma produção.” (Presidente fundador)

“Eu falo que se a gente tiver 5, a gente faz. Com 50, a gente faz. Imagina com 50, 50 mil. Se a gente tivesse aqui 50 mil todo o mês, não só para cozinha, mas para outras atividades, isso aqui está ferro aí. O que eu falei, a gente faz o que a gente consegue fazer, né? Mas pensar o pouco recurso que a gente tem, o que a gente consegue fazer, tipo, entendeu? Imagina... se desse para focar só nisso aqui, não tivesse que fazer outro corre paralelamente.” (Presidente fundador)

As iniciativas visam também iniciar ou impulsionar processos de educação. Disponibilizar cursos profissionalizantes de curta duração e promover oficina de hortaliças estão no horizonte de algumas das instituições. Em alguns casos, as melhorias espaciais estão diretamente relacionadas com os objetivos educacionais, como: melhorias em um trailer adquirido recentemente para criar um espaço para promover oficinas; cursos; rodas de conversas; e a construção de uma sala de informática e multifuncional, em que seja possível montar e desmontar equipamentos, visando usar o espaço para cursos e atendimentos sociais. Cabe recuperar o debate, iniciado na seção 2 deste relatório, de que o objetivo educacional tem diferentes nuances de acordo com a iniciativa entrevistada: ora na busca de a própria população ter mais autonomia, se apropriar da horta e criar uma independência na subsistência da favela à grandes indústrias, ora para dar alternativas de futuro para os jovens, como um meio para que se possa sair da favela.

“Esse segundo andar aqui tem uma sala grandona, daria para fazer um monte de coisa, fazer aula [...] tipo, a gente tinha vontade de dar escola de informática, é um espaço grandão.” (Coordenador)

“Esse é o nosso principal objetivo, atingir mais pessoas no sentido educacional.” (Coordenador)

O papel fitoterápico das plantas, com funções medicinais, também tem centralidade na constituição dos objetivos futuros:

“Tanto que eu botei agora no plano diretor da Farmacinha Viva [projeto para produzir medicamentos naturais e distribuir para a população] pra lá, ver se a gente consegue montar uma estufa. Aí, você tendo uma estufa, você consegue ter um volume de vegetal mais, né? Mais abrangente pra esse tipo de coisa. Mas já tá no meu planejamento.” (Presidente fundador)

Os desafios para alcançar os objetivos futuros são os mesmos daqueles vivenciados nas ações presentes, especialmente obter recursos financeiros e ter pessoas engajadas nesse tipo de trabalho. Além disso, se destaca, nos discursos sobre o futuro, uma angústia a respeito da incerteza de continuidade, e em paralelo a vontade de deixar um legado para as próximas gerações.

“Tenho medo do meu trabalho morrer comigo, tenho medo da não continuidade”. (Coordenadora/Gestora)

“Se eu morrer amanhã, eu morro feliz. Porque eu acho que eu já consegui fazer bastante coisa, né? Que era impossível. [...] Se eu plantar essas palmeiras imperial, vai durar mais de 500 anos. Alguém vai lembrar de mim, né? Quem plantou isso aí? Quem plantou isso aí? Vai ser um marco.” (Presidente fundador)

É importante destacar, ainda, os obstáculos a respeito das articulações entre as iniciativas, que comprometem o desenho de ações coletivas futuras. Entre os principais desafios relatados pela maioria dos entrevistados em relação à cooperação entre as organizações estão a falta de conhecimento a respeito de outras ações que atuam com promoção de segurança alimentar, a dificuldade de trocas dentro de diferentes favelas, a falta de interesse das iniciativas em se articularem de maneira igualitária, sem a busca de protagonismos e entendendo as diferenças de tamanho e abrangência das iniciativas, e o individualismo.

Todas as iniciativas relatam algum tipo de atuação com parceiros, como um mercadinho que por meio do empréstimo do camião viabiliza o transporte de grandes doações, ou feirantes que doam o resto do alimento da feira para reaproveitamento. Contudo, o trabalho com outras organizações ou lideranças do território que atuam com segurança alimentar não é a realidade de grande parte das iniciativas visitadas, que acabam se isolando frente à compreensão das dificuldades nas trocas.

"E é maneiro também ressaltar que quando a gente vai pegar uma doação maior assim, tem um amigo que tem um mercadinho lá na [favela da Maré] que empresta o caminhão para a gente pegar a doação" (Membro da equipe)

A falta de conhecimento sobre a existência de outras iniciativas foi mencionada em mais de uma entrevista¹⁴. Organizações que atuam dentro do mesmo bairro, com a mesma temática, mas não sabem do trabalho uma da outra. Um dos desafios para maior contato é o tráfico, que limita a livre circulação entre diferentes favelas, com domínio de facções distintas. Nesse cenário, organizações mais consolidadas na Maré são - às vezes - acionadas, em momentos de fragilidade com poderes locais ou para possibilitarem a conexão com possíveis doadores para organizações menores/menos consolidadas. Um dos coordenadores conta que já recebeu ajuda de uma grande organização para viabilizar suas ações em um momento de maior violência. Por outro lado, muitas iniciativas relatam que já tiveram no passado atuação com grandes organizações, mas que houve grandes frustrações que distanciaram o trabalho em rede, relacionadas à dificuldade, na compreensão de alguns/mas coordenadores/as, de grandes organizações compartilharem o protagonismo e os recursos.

Nesse sentido, existem questões territoriais, de tempo de atuação e de frustrações passadas que se apresentam, de forma mais complexa, como algumas das camadas que afastam as organizações de um trabalho mais articulado. No que tange à questão territorial, uma das iniciativas que se localiza em uma favela distanciada das outras relata que esse é um fator que dificulta as trocas. Em relação ao tempo de atuação, um dos entrevistados relaciona o fato de a sua iniciativa ser recente com ainda não conhecer outras iniciativas. Assim, o isolamento das iniciativas não significa, em primeira análise, que elas não querem se articular e trocar experiências, e é importante considerar que o isolamento se dá por diferentes motivos, não se limitando apenas ao argumento do individualismo.

“Cara eu não conheço outras organizações da Maré, então eu não sei como eles fazem ou como para eles funciona isso. Mas óbvio, seria muito mais prático ter uma parceria ou um contato com pessoas que já fazem isso. Além do mais os que já fazem a mais tempo que a gente. A gente começou em novembro, então a gente está tentando estudar a melhor forma de fazer isso, é no sentido de qualidade agora.” (Coordenador)

Apesar dos discursos sobre a ausência ou dificuldades de estabelecer conexões e articulações, uma entrevistada afirmou que identifica articulação e ajuda mútua entre hortas na Maré. Contudo, esta articulação citada é apenas entre as hortas em Clínicas da Família

¹⁴ Vale destacar, nesse contexto, que a iniciativa que afirma que não distribui mais quentinhas porque acredita que não há mais demanda é uma das iniciativas que relatou a falta de conhecimento de outras ações que atuam para garantir alimentação à população mareense. Como outra iniciativa que trabalha no mesmo campo afirma que há demanda para expansão, talvez essa diferença de percepções seja uma das consequências do isolamento de algumas iniciativas.

do bairro, que fazem, todas, parte de um mesmo projeto, que busca desenvolver e fortalecer hortas unidades de saúde, não se configurando como uma cooperação entre projetos ou iniciativas distintas. A mesma entrevistada argumentou que não havia outras hortas na Maré: “Aqui não tem isso não”, fora as presentes nas unidades de saúde, vinculadas ao mesmo projeto que o seu, o que evidencia a falta de conexão e articulação real entre iniciativas.

Desse modo, há um potencial visível para maior integração e colaboração entre os diferentes projetos da Maré. Superar as barreiras identificadas pode abrir caminho para uma rede mais sólida e colaborativa, que possa ampliar o impacto das ações e garantir a sustentabilidade das práticas de segurança alimentar no território. Apesar de muitos desafios terem sido apresentados pelas iniciativas, é importante destacar que também houve falas que relataram a vontade de conhecer outras ações e o reconhecimento que o fortalecimento das parcerias entre projetos é um caminho fundamental para se chegar em um cenário de soberania alimentar na Maré - um dos sonhos futuros compartilhados pelas iniciativas, que indica uma densa camada política de empoderamento da população. O desejo de expansão e maior alcance pode não se limitar a cada projeto/favela, e adquirir potencial para criar uma costura entre eles, formando uma trama de cooperação e ativismo mareense.

Considerações Finais

Como procurou-se evidenciar ao longo deste relatório, as estratégias de busca da segurança alimentar em favelas vão além apenas da ação de fornecimento de alimentos. Não se trata apenas de fornecer recursos imediatos, mas de estabelecer uma rede de apoio, educação e transformação que visa não só melhorar as condições alimentares e de saúde, mas também fortalecer os vínculos comunitários, promover a autossuficiência e abrir caminho para um futuro mais sustentável e justo para todos os envolvidos. Torna-se preciso pensar na sustentabilidade dessas estratégias, seja no cultivo, distribuição de refeições ou acesso a alimentos frescos e saudáveis. As iniciativas contactadas surgem como uma solução prática para garantir o acesso contínuo a alimentos fortalecendo a segurança alimentar local. Contudo, muitos desafios se colocam à frente do sucesso dessas iniciativas como: falta de recursos, de mão de obra, dificuldade na obtenção de alimentos, os furtos constantes, que comprometem a manutenção das hortas e o abastecimento das comunidades, falta de articulação entre as iniciativas do território entre tantas outras coisas.

Em resumo, as entrevistas revelam a importância das iniciativas locais na promoção de uma alimentação saudável e acessível, ao mesmo tempo que destacam os desafios estruturais enfrentados pelas comunidades em termos de recursos, segurança e políticas públicas. As práticas de educação alimentar e o fortalecimento da soberania alimentar são passos importantes para garantir não apenas a segurança alimentar, mas também a saúde física e mental das comunidades envolvidas. No conjunto, o que se vê é um campo em disputa — entre o fazer possível e o sonho, entre a carência e a resistência, entre o alimento como socorro e como direito. A comida, nas suas múltiplas formas (planta, remédio, refeição, aula, afeto), tem sido um eixo de organização comunitária e cuidado integral. É nessa materialidade da vida que essas organizações têm apostado, costurando saúde, educação e comida como parte de um mesmo projeto de dignidade.

Esse cenário impõe a necessidade de fortalecer a proteção dos espaços de cultivo e explorar formas de criar estratégias coletivas de alimentação, que envolvam não só o manejo dos espaços, mas também o apoio comunitário para que a produção e distribuição sejam sustentadas. Impõe também a importância dos processos educativos para que as novas gerações se empoderem da agricultura urbana e da pauta da segurança alimentar nas favelas da Maré, e possam visá-la como uma possibilidade de trabalho. Além disso, outro ponto fundamental é o fortalecimento da identidade local por meio da prática de cultivo de alimentos, o que permite que os moradores se (re)conectem com a terra e com o processo de produção, promovendo a soberania alimentar e a valorização do que é produzido localmente. Associar a Maré a um lugar em que se planta, colhe e distribui é traçar novas perspectivas para favelas dentro do sistema alimentar urbano. A presença desses espaços dentro das favelas, onde são discutidos também os temas da educação alimentar e nutrição, é a garantia de mais um pilar para a saúde integral e preventiva.